

Institucionalização do racismo: algumas reflexões a partir de contextos de creche

Institutionalization of racism: some reflections from child care contexts

Márcia Buss-Simão¹

Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Florianópolis-SC, Brasil

Adônis Santin²

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis-SC, Brasil

Resumo

O presente texto busca refletir como o racismo se institucionaliza nas relações sociais. Para tal propósito, a partir de referenciais sociológicos, propõe um diálogo inspirado em leituras de alguns textos sobre educação infantil e relações étnico-raciais nas creches, com a pretensão de buscar uma aproximação nos modos de se compreender como o racismo se perpetua e se estrutura desde a base, ou seja, desde a formação dos pequenos. O texto da área da educação infantil que serve como principal base para reflexões e análises é o de Oliveira e Abramowicz (2010), denominado *Infância, raça e “paparicação”*. As reflexões, com bases sociológicas, buscam compreender de que maneira as concepções racistas que habitam no plano inconsciente e psicológico dos indivíduos na cultura brasileira interferem nas relações sociais pragmáticas dos atores sociais. Pretende, ainda, lançar luz sobre como se estabelecem essas relações sociais e de que forma elas são disseminadas social e culturalmente aos indivíduos recém-introduzidos (crianças e bebês) nessa sociedade. Por fim, busca refletir como esses “moldes” das estruturas

1 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Ensino e Formação de Educadores. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISUL. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Infância e Gênero (GEDIG) do PPGE/UNISUL e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN/UFSC).

E-mail: marcia.buss@pq.cnpq.br.

2 Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: adonis.cs@bol.com.br.

sociais agem sobre o indivíduo e, por outro lado, como esses indivíduos reagem a isso.

Palavras-chave: Infância, Institucionalização do racismo, Contexto brasileiro.

Abstract

The text aims to reflect how racism is institutionalized in social relations. Based on sociological references, it proposes a dialogue inspired by the readings of some texts on early childhood education and ethnic-racial relations in day care centers, with the intention of approaching the ways to understand how racism is perpetuated and structured from the base, that is, since the formation of little children. The text from the area of early childhood education, which serves as the main basis for reflection and analysis, is Oliveira and Abramowicz's (2010) *Infância, raça e "pampering"* (*Childhood, race and "pampering"*). The sociologically based reflections seek to understand how racist concepts that dwell in the unconscious and psychological level of individuals in Brazilian culture interfere in the social actors' pragmatic social relations. It also aims to shed light on how these social relations are established and how they are socially and culturally disseminated to the newly introduced individuals (children and babies) into society. Finally, it seeks to reflect how these 'templates' of social structures act on the individual and, on the other hand, how these individuals react to them.

Keywords: Childhood, institutionalization of racism; Brazilian context.

Pretendemos, neste ensaio, a partir de referenciais sociológicos, refletir como o racismo se institucionaliza nas relações sociais. Para tanto, elencamos algumas perguntas, as quais não necessariamente serão respondidas, ficando elas muitas vezes como um convite para a própria reflexão do leitor. As perguntas com as quais pretendemos nos ocupar neste texto são: de que maneira o racismo que habita no plano inconsciente e psicológico dos indivíduos de nossa cultura interfere nas relações sociais pragmáticas

dos atores sociais? Como se estabelecem essas relações sociais e de que forma elas são disseminadas social e culturalmente aos indivíduos recém introduzidos (crianças e bebês) nessa sociedade? Como esses “moldes” das estruturas sociais agem sobre o indivíduo e, por outro lado, como esses indivíduos reagem a isso?

Esse diálogo foi inspirado a partir da leitura de alguns textos sobre educação infantil e relações étnico-raciais nas creches, e a pretensão de nos aproximar de uma compreensão de como o racismo se perpetua e se estrutura desde a base, ou seja, desde a formação dos pequenos. O texto da área da educação infantil, que serve como principal base para reflexões e análises, é o de Oliveira e Abramowicz (2010), denominado *Infância, raça e “paparicação”*.

Neste texto, as autoras, além do tratamento diferenciado recebido por crianças negras, perceberam também questões referentes a influências da indústria corporal, em que crianças gordas, obesas ou as que suavam excessivamente recebiam (assim como as crianças negras) um tratamento não tão carinhoso (ou não carinhoso) quanto as crianças “bonitinhas”. Em especial as crianças loiras recebiam quase sempre uma atenção especial das professoras, e sempre foram chamadas de “bonitinho”, “lindinha”, como é possível observar no trecho a seguir:

Durante a pesquisa, também pode-se perceber que as meninas preferidas pelas professoras eram caracterizadas como “princesas” ou como “filhas”, de acordo com os exemplos: as crianças vão chegando, mas a professora só beija L. (loira, 1 ano) e diz: “oi, minha princesa”. Num outro dia, no refeitório, a diretora também elogia essa mesma menina dizendo: “que linda você é”. (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 218)

As autoras, ao tratarem dessas questões, afirmam que todas as salas de uma creche possuem um “furacão”. Os “furacões” nada mais são do que meninos (e sempre do sexo masculino) que são

vistos como os “piores”, os “mal-educados”, “sem-respeito” etc. Além desses “furações” sempre serem do sexo masculino, também eram eles sempre negros. Buscando problematizar essa temática, pretendemos, a seguir, compreender melhor como se dá a institucionalização do racismo.

Algumas reflexões sobre o pensamento dicotômico presente no imaginário social brasileiro

Os pontos aqui em questão servem para refletir a respeito de quais são os valores sociais em relação aos papéis dos indivíduos. Primeiramente gostaríamos de ressaltar que nossa mentalidade mitológica euro-ocidental está acostumada a analisar todos os aspectos de nossa vida em bases dicotômicas e duais, sempre existindo (ou criando ilusoriamente) um mocinho e um vilão da história, o menino ou a menina feia e o menino ou menina bonita.

E, em segundo ponto, gostaríamos de analisar aqui quais são os papéis instituídos racialmente para os atores sociais. Quais são os motivos edênicos impostos e seguidos socialmente para que se repercuta e se reproduza a fama e certa obrigatoriedade para que haja o personagem “negro malandro”? Como se processam esses pensamentos mitológicos já aceitos em nossa sociedade para que se constitua e seja naturalizado esse pensamento? Não vamos aqui negar que existam “negros malandros”, mas vamos discutir, sim, que a figura do “loiro malandro” sempre é deixada de lado e se ressalta, assim, as características de um bom moço, decente, trabalhador e acima de tudo, honesto e respeitoso. Contradizendo totalmente a figura dos “malandros dos morros”, os quais têm a fama de não gostarem de trabalhar e quererem sempre se aproveitar dos outros.

Segundo Eduarda Souza Gaudio,

Vale ressaltar que o preconceito racial não é inato, sendo apreendido durante as relações sociais no convívio com pessoas e instituições que contribuem na formação dos indivíduos, ou seja, família, escola, igreja, vizinhos e nos diferentes mecanismos de comunicação que a sociedade possui. Deste modo, sabemos que desde cedo as crianças constituem relações com base nesses conhecimentos e, supõe-se que as crianças negras sejam submetidas a relações preconceituosas, que desvalorizam suas características físicas e culturais influenciando de maneira negativa a construção de suas identidades. (GAUDIO, 2013, p. 52)

É importante lembrar que, neste texto, não discutiremos ou analisaremos as questões a respeito do racismo especificamente, não sobre por que e quais as justificativas para compreendermos que o racismo seja um ponto negativo em nossa sociedade. Esse ponto, na verdade, já é o ponto de partida para este texto, já partimos do pressuposto de que todos concebemos que o racismo é uma forma de discriminação cruel e injusta em nossa organização social, para que, a partir de agora, analisemos como se dá a formação e a reprodução dessa forma de discriminação racial.

De acordo com a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, em seu art. 1º, que foi alterado pela Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997: “[...] Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com pena de reclusão de dois a cinco anos”³. Por esse motivo, o racismo ganhou uma forma mascarada de se expressar, ou seja, se manifesta de forma implícita. O que o torna muito mais perigoso do que o racismo explícito, pois, dessa forma, temos mais dificuldade em julgar ou afirmar que o indivíduo está agindo de uma forma discriminatória, desigual e injusta somente pela cor da pele ou pelo cabelo da pessoa.

3 Para mais detalhes, ver nos endereços eletrônicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm.

Estamos entrando, agora em, um ponto muito delicado, pois o racismo no Brasil não é visto e nem expresso de forma explícita, mas sim de uma forma mascarada e dissimulada, ou seja, “por trás dos panos”. Muitas vezes, nem mesmo os atores se dão conta disso, nem mesmo os indivíduos que se dizem não racistas percebem que estão tratando as crianças, ou mesmo os adultos, de forma desigual somente pela sua cor ou por aspectos culturais. Pois, como podemos evidenciar sobre a teoria do pensamento edênico e satânico no Brasil, a racismo deixou de ser um mero desagrado à cor da pele, e se direciona principalmente aos aspectos culturais dos descendentes africanos, como se afirmassem que tudo o que é criado e composto por uma pessoa de cor negra é ruim, horrível, desprezível, perigoso, inferior, atrasado e satânico.

Sobre os atores sociais e a institucionalização do racismo

Para que possamos analisar a relação de construção e formação do indivíduo negro em uma sociedade racista, pretendemos, a partir de Berger e Luckmann (2004), trazer elementos para compreender como se dá a formação dos atores e como se processam as relações entre os indivíduos e desses (os indivíduos) com a sociedade perante a teoria dos *atores sociais*.

Peter Berger e Thomas Luckmann (2004) apresentam o conceito de “*Construção Social da Realidade*”, o qual foi inspirado na fenomenologia social de Alfred Schütz. Tal conceito discorda das perspectivas que veem os fatos sociais como fenômenos naturais, e, por sua vez, encara-os como sendo resultado de um processo histórico de construção coletiva de conhecimento.

A perspectiva central do conceito dos autores é a de que toda a realidade é socialmente construída diariamente pelas próprias práticas individuais e sociais de cada ator em relação aos demais

atores e em relação ao ambiente onde se encontram. Tal aspecto conduz a uma permanente redefinição e renegociação das regras, normas, significados e símbolos sociais, que podem, além de tudo, ser contestados. As formas sociais do passado são reproduzidas e transformadas cotidianamente pelas interações e práticas dos atores sociais, sendo esse aspecto denominado por Berger e Luckmann (2004) de *construtivismo dos atores sociais*. Porém, essas práticas e interações também originam novas formas de relações sociais e institucionais. Durante esses processos de interação, os indivíduos atribuem significado às suas ações, o que origina, constantemente, novas representações e definições da sociedade, ou seja, os indivíduos acabam por criar novos significados sobre a realidade social. Dessa maneira, os indivíduos acabam por gerar uma ressignificação dos símbolos, relações, padrões, normas e regras sociais. O conhecimento social construído, reconstruído, modificado e distribuído com base nesses processos é um recurso para a ação dos indivíduos nas relações sociais e institucionais.

É notório que o racismo que é exercido atualmente não é o mesmo racismo de 200 anos atrás, as formas de discriminação racial mudaram radicalmente de uma forma explícita e aceita em 1800, época em que o império português se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, para um racismo implícito nos dias atuais, o qual é considerado crime previsto em lei. Justamente, da maneira como Berger e Luckmann (2004) afirmam, as relações, os padrões, os símbolos, as normas e as regras sociais são remodelados diariamente, e muitas vezes são também contestados. Podemos relacionar aqui também como funcionam as *relações de poder* segundo Foucault (2004a; 2004b), como ocorreu essa mudança de comportamento racista explícito e aceito, para um racismo implícito e ilegal que assume uma forma disfarçada de se impor.

Abordamos aqui que a luta contra o racismo existe e funciona de modo semelhante às *relações de poder* tratadas por

Foucault (2004a; 2004b). É interessante ressaltar que Foucault distingue *relações de poder* e *estados de dominação*. Para ele, as *relações de poder* têm uma extensão relativamente grande nas relações humanas, nas quais “[...] há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre os indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político”. Já os *estados de dominação* se consolidam quando as *relações de poder* se constituíram em fatos “[...] nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas” (FOUCAULT 2004b, p. 266).

Atualmente, por mais que exista um lado dominante (dos interesses racistas), podemos ver claramente que isso se trata de uma *relação de poder*, e não de um *estado de dominação*. Poderíamos dizer que um estado de dominação racial existiu na época da escravidão, quando os negros, para tentarem se libertar, materialmente, fugiam das senzalas para viverem nos quilombos. Nesse exemplo dado, os negros escravos estavam fugindo de um *estado de dominação*, porém nunca possuíram certo poder nessa relação para reivindicarem seus direitos. Atualmente o poder está presente em ambos os lados (por mais que essa relação ainda seja desigual).

Podemos, portanto, detectar três pontos importantes nessa mudança: 1) O primeiro é decorrente da teoria de Berger e Luckmann (2004), que afirmam que as normas, regras símbolos e etc. são constantemente remodelados pelos atores sociais; 2) O segundo aspecto está vinculado com a teoria de Foucault (2004a; 2004b), a respeito das *relações de poder*, que, mesmo que na maior parte das situações o racismo seja predominante, existe agora uma lei contra essa dominação, que constitui então uma relação, em que, em alguns momentos, as pessoas não podem expressar todo o seu racismo e desprezo pelos descendentes de

seres humanos que foram escravizados; 3) O terceiro ponto, e mais importante, está também vinculado à teoria de Berger e de Luckmann (2004), que, pelo fato de o racismo explícito ser ilegal e sob pena de punição inafiançável, as relações então se modificaram, e o racismo deixou de ser algo explícito e recorrente para se tornar uma manifestação implícita e mascarada. Assim, as manifestações chegam muitas vezes a ser tão disfarçadas dentro do pensamento mitológico da sociedade brasileira, que nem os espectadores e, às vezes, nem mesmo os atores sociais conseguem perceber que contribuíram para a reprodução dos preconceitos de raça/cor, para tal afirmação recorro a uma citação da pesquisa realizada por Oliveira e Abramowicz (2010):

Várias vezes, no refeitório, quando todas as crianças se encontravam para fazer as refeições, sempre se presenciava as professoras beijando algumas crianças: Marli (professora, branca) passa e beija G. e H. (ambas louras) e diz: “não são lindas?”. J. (negra, 3 anos), da mesma sala que as duas meninas citadas, estava sentada ao lado de G. (loura) e, no entanto, passou despercebida aos olhos da professora. (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 218)

O que queremos ressaltar aqui, nesta afirmação, é que o pensamento racista está naturalizado e intrínseco nas formas de pensar aceitas socialmente. Ou seja, os próprios atores sociais não percebem que são racistas ou que agem e pensam de acordo com uma norma de discriminação racial. O racismo acabou por se manifestar de uma maneira difusa e nebulosa dentro do pensamento social brasileiro, o que o torna muito mais perigoso e difícil de combater.

Ainda segundo Berger e Luckmann (2004), a construção social da realidade é decorrente da existência de uma relação dialética entre os indivíduos (e o indivíduo) e a sociedade, na qual ele(s) (*os indivíduos*) e ela (*a sociedade*) são resultantes das

interações em três processos: 1) A sociedade e a ordem social existem somente como produto das ações dos indivíduos (*exteriorização*); 2) Contudo, a sociedade é uma realidade objetivamente independente da consciência dos indivíduos (*objetivação*); 3) Não obstante, os indivíduos são um produto da sociedade (*interiorização*).

Desta maneira, as realidades sociais são objetivadas e, simultaneamente, subjetivadas. Isso, pois sendo objetivadas que elas (as realidades) são experimentadas, e são subjetivadas, já que são interiorizadas durante o processo de socialização e de construção do ator/indivíduo. Em outras palavras, convenções, valores, instituições, grupos, normas, regras, símbolos e quaisquer outras expressões de realidades sociais são exteriorizadas, objetivadas e interiorizadas no *conhecimento comum*, nas representações e percepções constantemente produzidas no contexto das interações dos indivíduos, ou seja, na vida cotidiana dos atores sociais.

A respeito deste segundo processo de construção social da realidade, ou seja de *objetivação* de Berger e Luckmann (2004), podemos refletir a respeito da construção da personalidade das crianças da creche que foram analisadas no artigo que utilizamos como contexto para nossas reflexões. Com relação à *exteriorização*, podemos afirmar que as formas de preconceitos só existem e constituem um defeito gravíssimo na sociedade brasileira, pois cada indivíduo, em particular e em sua relação com os demais indivíduos, construiu, constrói e acredita nas diferenças raciais, repercutindo e construindo, dessa maneira, a discriminação e o preconceito racial. Já ao analisarmos a *objetivação*, podemos compreender que, mesmo que tenham sido todos os indivíduos que construíram essa forma de relação, e que sejam esses mesmos que a reproduzem, o racismo já se tornou algo intrínseco no pensamento sociocultural da sociedade brasileira, ou seja, já se tornou uma realidade que foge e é independente da consciência dos indivíduos. Fato que, segundo Berger e Luckmann (2004),

contrapõe com a *objetivação*, isso porque a realidade “*não existe*”, ela já é uma realidade externa ao indivíduo. De fato, podemos afirmar, a partir das teorias de Berger e Berger (1977), que o racismo é uma instituição social.

E, por último, e não menos importante, a *interiorização* é o aspecto que se responsabiliza (explica) pela formação e pela construção das crianças/bebês da creche analisada, as quais estão, desde pequenas, sendo criadas por meio de um conformismo de inferioridade racial imaginário da negritude e um conformismo de superioridade ilusória dos brancos, e recorreremos a mais uma citação para trazer um trecho da pesquisa realizada por Oliveira e Abramowicz (2010), com vistas a dialogar com os dados empíricos que nos inspiram nas reflexões aqui realizadas:

Ganhar ou não o colo da professora: uma situação que ocorreu várias vezes. Algumas crianças chegavam chorando e não ganhavam colo, no entanto, com determinadas crianças, era diferente: M. (loura, 2 anos) chegou chorando, então Nice (professora branca) a pegou no colo até que ela parasse de chorar. Depois chegou P. (negro, 2 anos) também chorando, mas Nice sentou-se em uma cadeira e o colocou entre as pernas. Essa situação ocorreu da mesma forma, só que com outra professora, quando B. (negro) chegou chorando e Marli encostou-o em sua perna e disse para ele não chorar. Depois chegou L. (loura) também chorando, mas o procedimento foi outro: a professora a pegou no colo até que parasse de chorar. (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 218)

Para Berger e Berger (1977), o que identifica uma instituição são suas características, as quais são: sua *exterioridade*; sua *objetividade*; sua *coercitividade*; sua *autoridade moral* e a sua *historicidade*. As instituições têm o caráter de *coercitividade* que se faz presente no poder que é exercido sobre as pessoas. No caso do racismo ele é recorrente na sociedade de forma implícita e, mesmo os atores gostando ou não, são submetidos a tal forma

de pré-julgamento. A *historicidade* se refere basicamente ao fato de que as instituições já existiam anteriormente aos indivíduos, e que mesmo depois da morte dos atores sociais, as instituições continuarão existindo e operando da mesma forma, sem serem modificadas pela morte e nascimento dos cidadãos. Ou seja, o racismo no Brasil já existe há mais de 500 anos, e há os preconceitos raciais perante outras classificações raciais também. A *autoridade moral* pode ter uma correlação com a *coercitividade*, pois essa, a autoridade moral, é legitimada pelas pessoas, e esse fato permite que as instituições possam agir e obrigar os agentes sociais a se comportarem de acordo com as regras por elas (pelas instituições) estabelecidas, ou, no caso do racismo, que as pessoas sejam coagidas culturalmente a se manterem no seu local de subalternidade. Já a *exterioridade* se refere a que as instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior. Em outras palavras, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que, de certa maneira, difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo. Na verdade, sempre que o indivíduo fala, age, interage ou se relaciona com um outro, está como que “pondo para fora” alguma coisa que estava “dentro” dele - e o que põe para fora não são apenas pensamentos por ele criados, mas estigmas de normalidade ou não que se encontram presentes em nossa sociedade. Inclusive as formas de pensar e agir que vão contra o pensamento racista. O racismo não foi criado nas profundezas da consciência individual de um sujeito. Ele existe muito antes do nascimento desse indivíduo. Ele a experimenta como alguma coisa que existe fora dele, e a mesma coisa acontece com a pessoa à qual se dirige tais atos racistas. Ambos experimentam o racismo como uma realidade exterior no momento em que começaram a aprendê-lo.

E por último, não por isso menos importante, a *objetividade* é o aspecto que causa mais polêmica e que está presente no

sentido de que todos ou quase todos os atores sociais têm o reconhecimento do papel e das funções da instituição. Da mesma maneira, isso ocorre com o racismo, sendo que todos, ou quase todos os atores têm consciência de que ele existe e que sua função é a discriminação, a marginalização de uma parte dos atores sociais. A crítica a essa nossa comparação vem no sentido de que o racismo de fato não tem um reconhecimento dos atores sociais, e nem mesmo os atores têm consciência das suas ações, de como eles discriminam e como agem. Como veremos mais adiante no texto, existe uma alienação (HORKHEIMER, 1933) do indivíduo a esse respeito, em que os atores não possuem a devida consciência a respeito das consequências das práticas de preconceitos raciais que são geradas através do racismo, e de seu funcionamento na sociedade.

Porém, o contraponto dessa crítica habita no aspecto em que todos ou quase todos os atores possuem, de fato, consciência de que o racismo existe, sendo que, se perguntarmos para qualquer indivíduo na sociedade brasileira, ele saberá definir (a partir de suas perspectivas) o que é racismo. Desta maneira, mesmo o indivíduo não tendo consciência das consequências das práticas de preconceitos raciais, ele saberá, de fato, que o racismo existe ou já existiu, sendo, portanto, uma ideia que habita o pensamento sociocultural mitológico brasileiro.

Sobre a alienação e permanências do racismo

Ao analisarmos as teorias de Horkheimer (1933), destacando que, embora o autor não trate da alienação nas relações sociais, mas sim de uma alienação mercantil e trabalhista que o indivíduo possui (ou a consciência que não possui), podemos, no entanto, transpor essa ideia do autor e remodelar, de acordo com uma

alienação condizente às relações sociais que naturaliza, perpetua e cega os indivíduos perante o racismo, preconceito sociocultural e qualquer outra forma de discriminação social existente.

De acordo com Horkheimer (1933), depois de os indivíduos terem superado o “princípio da autoridade”, dominação característica da Idade Média, eles se viram como responsáveis pela forma com a qual iriam conduzir as suas vidas a partir de então. Desse acontecimento em diante, fez-se preciso uma “norma espiritual” que servisse de guia para suas ações, ou seja, foi necessária a criação de uma moral que ocuparia o lugar das autoridades religiosas e feudais que existiam até então.

Respectivamente, tal necessidade de existência de uma moral para guiar a vida dos indivíduos, segundo Horkheimer (1933), levou as classes dominantes a usarem a moral como uma forma de dominar e controlar as massas. A partir dessa perspectiva, que deriva a alienação em Horkheimer, sendo tal alienação a falta de consciência que os indivíduos possuem (ou a consciência que não possuem) perante a não compreensão de como ou de que as suas forças de trabalho movimentam a sociedade burguesa. Em outras palavras, a *produção como socialmente total*, é alienada, fragmentada e cada vez mais enraizada nas malhas do mercado e da propriedade, fazendo, com isso, que os trabalhadores não consigam criar capacidade de consciência para a compreensão dos sistemas de mercado, econômico e industrial em que estão inseridos.

O indivíduo só é um ser alienado pelo fato de viver em uma sociedade também alienada. Horkheimer (1933) faz entender que a sociedade como um todo não se pôs a pensar criticamente e racionalmente a respeito da moral, por esse motivo é que o indivíduo também se torna moralmente alienado. Desta forma, podemos compreender que a sociedade como um todo (ou quase toda) opera com o pensamento edênico e satânico que é proposto por Carvalho (1998), em que uma grande maioria da população

brasileira valoriza as belezas naturais, as paisagens, as terras férteis, os corpos das índias e negras como sexualmente bonitos e os corpos dos homens como fortes e habilidosos para o trabalho braçal, e outra grande parte desvaloriza a cultura, a religião e tudo que é produzido cultural, intelectual ou tecnologicamente (machados de pedra, arcos e flechas, lanças, etc.) por esses povos indígenas e afro-brasileiros. É também dessa maneira que os atores sociais brasileiros acabam se alienando com essas formas de pensar edênicas ou satânicas.

Tal alienação não decorre da falta de entendimento sobre como sua força de trabalho repercute na sociedade moderna capitalista, mas sim uma alienação dos indivíduos na compreensão de como esses processos de pensamento edênico e satânico ocorrem no nosso país, quais os motivos e por quais interesses esse pensamento veio a se estabelecer, e também, acima de tudo, como essas formas de proceder, decorrentes de uma maneira de pensar, acabam repercutindo na vida dos indivíduos pertencentes à cultura afro-brasileira e aos indivíduos com essa ascendência. Ou seja, a alienação, nesse caso, trata-se de uma falta de consciência a respeito dos atos que o indivíduo realiza que repercutem na vida dos demais. A alienação, aqui, é retratada pela falta de correlação entre ação (feita pelo próprio indivíduo) e reação (como essa ação repercute na vida dos demais indivíduos a curto, médio e longo prazo).

De acordo com essa conceituação de Horkheimer (1933), podemos fazer a análise de que, pelo fato de os indivíduos (não todos, mas uma grande parte deles) e a própria sociedade estarem em um estado de alienação perante a *institucionalização do racismo* (afirmamos que se trate de um estado por acreditar que a reversão desse estado de consciência seja possível), o racismo, dessa maneira, acaba assumindo um aspecto de naturalização e de disfarce presente no pensamento imaginário social brasileiro. Desta forma os indivíduos não percebem, justamente por estarem

alienados e não terem a consciência necessária, de que estão inseridos em uma organização social que discrimina, repudia, inferioriza, desvaloriza e limita os atores sociais com ascendência afro-brasileira.

Ou seja, por estarem alienados e admitindo a naturalização do racismo, os indivíduos, mesmo que discordando das práticas racistas e fazendo apologia contra elas, não conseguem identificar a maneira como o pensamento racista se manifesta em suas práticas, as quais, por estarem tão naturalizadas e revestidas por uma falsa moralidade social, acabam sendo dissimuladas, chegando ao ponto em que os atores sociais não conseguem distinguir as formas como esses pensamentos se processam, se materializam e quais as consequências ao atingirem os atores sociais estigmatizados.

Ao trazer a *falsa moralidade*, não nos referimos aos discursos meritocráticos tão utilizados e propalados pelos atores brancos de classes favorecidas que exercem o racismo. Referimo-nos, com essa terminologia, a um discurso de moralidade tradicionalista que valoriza os esforços que supostamente os alemães e italianos tiveram a mais do que os indivíduos provenientes do continente africano ao chegarem no Brasil. Tal discurso é totalmente frágil e pode ser facilmente desconstruído pela simples análise dos fatos históricos, em que os alemães e italianos recém-chegados ao Brasil receberam terras e instrumentos para utilizar no plantio. Em contrapartida, os negros que já haviam sido transportados para as Américas não possuíam qualquer direito. Eram privados de possuir terras e proibidos de frequentarem as escolas, por exemplo. Portanto, essa *falsa moralidade* consiste em uma série de argumentos discursivos em que os processos de formação históricos e culturais brasileiros são totalmente ignorados, em que se acredita, ilusoriamente, que todos os indivíduos possuíram as mesmas oportunidades de vida e que essa falta de comprometimento de alguns justificaria as desigualdades sociais hoje.

É interessante ressaltar aqui outro conceito importante desenvolvido por Foucault (2004a; 2004b) ao retomar a *ética do cuidado de si* como prática da liberdade da civilização greco-romana. Para o autor, a *ética do cuidado de si* permite, inclusive, que cada um, cuidando de si, diminua o risco de exercer dominação sobre os outros, “[...] porque o risco de dominar os outros e de exercer sobre eles um poder tirânico decorre precisamente do fato de não ter cuidado de si mesmo e de ter se tornado escravo dos seus desejos” (FOUCAULT, 2004, p. 272). Nesse sentido, Gallo (2006) destaca que incomodava a Foucault a compreensão equivocada de que, contemporaneamente, o cuidado do outro consiste, no governo do outro, como um exercício de poder voltado para o controle e o domínio das vontades, como uma espécie de repressão e não como prática da liberdade ou da emancipação!

Assim, o exercício da *ética do cuidado de si* de Foucault (2004a; 2004b) expressa uma possibilidade para a não alienação do indivíduo: ele e a sociedade ao seu redor se tornariam mais conscientes e coerentes em seus atos e modos de processar o pensamento.

Atuar socialmente

O autor Erving Goffman (1983) refere-se, em sua obra *A representação do Eu na vida Cotidiana* aos indivíduos, assim como Berger e Luckmann (2004) já se referiram anteriormente, como atores sociais. Segundo Victor Turner (1967), a dramaturgia social (justamente por se tratar de um teatro) existe em cada indivíduo de qualquer sociedade. Tanto para Goffman como para Turner, todos os indivíduos são atores sociais, todos nós estamos encenando um papel, todos estamos tratando os demais indivíduos da maneira que nós os enxergamos e da maneira como nós achamos melhor tratá-los de acordo com o papel que eles incorporam.

Goffman (1983) afirma que, a todo o momento, incorporamos um papel adequado para o nosso *status* social. Além disso, incorporamos diferentes papéis em diferentes círculos sociais. Perante a nossa família, somos uma determinada pessoa, perante os nossos amigos e/colegas, portamo-nos de uma maneira diferente da qual nos portaríamos com a nossa mulher/marido, com o nosso chefe ou até mesmo em uma entrevista de trabalho. A todo o momento, temos que “fingir”, a todo o momento temos que atuar, pois aqueles que nos assistem estão sempre nos julgando, e julgando a nossa atuação social, identificando nossas mentiras e nossas verdades (no caso, uma pessoa negra não poderia se portar como um indivíduo branco, pois seria facilmente “desmascarado” e repudiado por tentar parecer algo que não é). Portanto, quando o autor se refere aos atores sociais que “fingem”, ele não está se referindo ao legítimo fingir que compreendemos socialmente como sendo uma mentira, ou seja, podermos incorporar qualquer papel social que bem entendermos. No momento em que ele se refere ao “fingir”, ele se refere a termos que nos portar da maneira que é condizente aos nossos lugares sociais. Ou seja, mesmo fingindo, pois estamos incorporando um papel, temos que atuar (assim como em um teatro) de acordo com os nossos papéis sociais. Existe claramente, dentro de nossa sociedade, comportamentos e ações adequadas para as pessoas ricas, pobres, brancas, negras, mulheres, adultos, crianças, homens, gays, héteros, lésbicas, médicos, catadores de lixo, estudantes, filhos, pais, irmãos e assim por diante. Cada forma existente de classificação social dos atores possui uma determinada maneira de agir (ou atuar e fingir de acordo com o autor).

Segundo Goffman (1983), aquele que observa sempre estará um passo a frente, pois conseguirá ver com mais amplitude o que “somos” e o que “queremos passar”. Para o autor, todas as pessoas tentam passar o máximo de boas informações possíveis, as quais

elas acham necessárias. Desta maneira, os atores sociais devem atuar de acordo com as suas classificações sociais, devem atender os aspectos socialmente aceitos em que eles estão inseridos. Um indivíduo pobre não poderá se portar da mesma maneira que um médico rico se portaria, justamente por ser facilmente “desmascarado”. Da mesma maneira, isso ocorre com os atores sociais negros, os quais não podem se portar da mesma maneira que os indivíduos brancos, pois não somente seriam facilmente desmascarados, bem como todos os demais atores sociais os reconhecem como negros.

Com isso, as características sociais do indivíduo também são moldadas. Os atores sociais de fato não possuem uma escolha racional sobre quem eles gostariam de ser, os atores sociais agem condizentemente com as suas classificações sociais em que eles são enquadrados pelos demais atores, que os enxergam de uma determinada maneira, e condizente a isso, os tratam da maneira que acham que é adequado tratar uma pessoa com tais classificações. A maneira como os olhares dos demais indivíduos recaem sobre o ator social é a maneira com que ele vai sendo moldado socialmente e adquirindo um determinado papel dentro da sociedade.

As pessoas se vestem de uma maneira peculiar e própria, agem de um determinado modo e também falam de uma maneira autêntica (ou não) para mostrarem ao mundo quem elas são. Até mesmo aqueles que não falam muito estão passando essa mensagem, estão passando uma mensagem de que são quietos ou, talvez, estão mostrando sua timidez, ou, ainda, que são superiores às outras pessoas, por isso não acham necessário falar. As interpretações para o julgamento do *status* social de uma pessoa são diversas e chegam a uma gama inimaginável, pois cada indivíduo é um ator.

Desta maneira, além de existirem comportamentos específicos para as classes sociais, gêneros e idades, existem comportamentos e tratamentos socialmente aceitos para pessoas negras,

brancas, indígenas, etc. Portanto, existem, além de tudo, formas de discriminação de acordo com a postura que é tomada pelo ator. Ou seja, um ator social negro não poderá se portar como um ator de cor branca e de classe social favorecida, (e, muitas vezes, nem saberá se portar de tal maneira, pois foi ensinado socialmente a se portar de uma maneira diferente. Da mesma forma que um ator branco de classe média não sabe se portar como um ator negro morador de favela).

Tal definição aparenta derivar de um viés estruturalista, no entanto ressaltamos que não é assim que se procede. Os indivíduos só são moldados e adquirem tais comportamentos pelo motivo de a alienação ser um fato na nossa sociedade como proposto por Horkheimer (1933). Assim como Berger e Luckmann (2004) afirmam, regras, normas, símbolos e significados sociais são constantemente renegociados, justamente pelo aspecto em que os atores sociais acabam renegociando e questionando as instituições, normas, regras, símbolos e todos os demais aspectos de construção social.

Ao nos referirmos a esse processo de construção e de molde social, estamos apenas explicando como todos esses processos ocorrem, porém não negamos que, dentro desses procedimentos, os atores possam, sim, renegociar e ressignificar os aspectos socioculturais aqui presentes como bem indica Giddens (2003), ao trazer a dualidade da estrutura e da ação social. Compreendemos a necessidade de atenção para não cair numa compreensão de socialização e ação social baseada num determinismo da estrutura ou na exaltação voluntarista e individual dos atores sociais. Pois, as concepções de ordem variam em função do modo como se concebe as dimensões subjetivas e as dimensões objetivas na constituição da realidade social.

Quando se enfatiza a ação social, a sociedade passa a ser vista como se as estruturas fossem produzidas por meio de um

conjunto de ações sociais justapostas, entrecruzadas, compostas e interdependentes, como resultado das interações entre os indivíduos, os quais se tornam, assim, atores sociais criativos nas suas ações carregadas de significados subjetivos que reflexamente se desenvolvem nas suas inter-relações sociais. Nessa concepção, o ator social se revela como produtor de uma ordem social que, nas relações e ações coletivas, pode transformar realidades existentes. Nessa perspectiva, o ator social passa a ter mais importância que os princípios estruturais, os quais são vistos como determinações. A ação social é concebida como um potencial capaz de criar as possibilidades de resistência e até de ultrapassar os constrangimentos advindos das relações estruturais.

Por outro lado, quando a ênfase recai sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as suas estruturas passam a serem concebidas como sinônimos. Nessa perspectiva, a sociedade é compreendida como uma rede de inter-relações que são “exteriores” ao indivíduo e à sua consciência, as quais agem e determinam a sua conduta. Essa determinação na conduta dar-se-ia pelas condições impostas, pelas escolhas tornadas possíveis e pelos constrangimentos objetivos e subjetivos. Nessa perspectiva, considera-se que a ação dos atores sociais se revela por meio de sua capacidade para se “moldarem” às formas sociais já existentes.

Nesse sentido, torna-se prudente optar por um posicionamento situado na interface entre essas duas abordagens, pois supor uma orientação sociológica que se limite a ter em conta apenas a ação social no combate ao racismo, sem considerar de igual modo os condicionamentos do sistema social, bem como as implicações do pensamento racista no sistema social, estaria condenado a proporcionar uma compreensão deformada da complexidade que encerra o fenômeno do racismo na sociedade.

Na pretensão de melhor compreender esse fenômeno, voltamos às contribuições de Berger e Luckmann (2004) e também

Erving Goffman (1983) quando indicam que todos nós, atores sociais, somos condicionados a nos portar da maneira como nos reconhecemos, da maneira como fomos criados e como nossa personalidade foi sendo construída e moldada de acordo com o todo social e com as formas de dominação, de coerção e subordinação social que esteve durante a formação de nossas características sociais. Além disso, nós sempre nos comportamos em relação aos outros atores, nos portando da maneira de como gostaríamos de ser tratados e, por sua vez, acabamos tratando os demais atores da maneira como nós queremos que eles nos tratem, sendo que nem sempre há reciprocidade nessa forma de tratamento.

Pode-se muito bem estabelecer uma relação de medo, dominação, subordinação, como também pode se estabelecer uma relação baseada na indiferença, assim como podem existir relações em que o aspecto mais importante seja a diferença racial existente entre os atores, em que se constrói uma superioridade ilusória do branco e uma inferioridade também ilusória em que os negros são “burros”, preguiçosos, vadios e malandros por natureza.

É notório que as crianças da creche não gostam de ser tratadas dessa maneira e nem gostam de ser vistas como as crianças más da escola ou da creche. Tais papéis sociais são repudiados por todos os atores, restando somente para aqueles que estão às margens da sociedade. Sempre haverá aqueles que serão vítimas de desaprovação pelos demais atores sociais, e quase sempre (nos referimos como “quase”, pois não gostamos de ser categóricos, embora nessa situação acreditamos que não seja um problema) esses olhares desaprovadores recairão sobre aqueles indivíduos que se encontram na base da pirâmide hierárquica da sociedade moderna capitalista com o predomínio e hegemonia de valores euro-ocidentais.

Talvez seja necessário problematizar que, de fato, as crianças negras tenham comportamentos não condizentes nas creches,

pré-escolas e escolas, e talvez com uma frequência maior do que as crianças e os alunos de cor branca ou de cabelos loiros. Entretanto, estamos entrando aí em um ponto muito delicado, pois sabemos que não existem diferenças biológicas relevantes para que haja uma diferença de comportamento entre brancos e negros. Essas diferenças estão presentes e constituem diferenças culturalmente apreendidas e impostas aos indivíduos. E nossa pergunta é: como se comportar de maneira diferente em um ambiente em que todos esperam uma determinada postura do ator? Como se portar de uma maneira diferenciada sem “aprontar” ou fazer coisas “erradas” quando ninguém e nem mesmo os professores acreditam e depositam confiança ou incentivam as crianças? Como não ser o “malandro” quando qualquer coisa que saia da linha de obediência seja maximizada negativamente, como se “já fosse de se esperar que ele fizesse alguma coisa errada”?

Como já citamos anteriormente, quando nos referíamos a Erving Goffman (1983), os atores sociais são, a todo o momento, moldados pelas suas experiências entre e dentro das relações sociais. Todos nós, atores sociais, somos moldados e configurados a nos portarmos de tal ou qual maneira de acordo com as nossas relações sociais, acima de tudo, de acordo como os demais indivíduos nos reconhecem e fazem com que, dessa maneira, nós mesmos acabamos por nos reconhecer assim. Um indivíduo só pode ser tornar o que ele é depois de ter se autodefinido como tal. Ou seja, o molde social trabalha nesse aspecto no princípio de sermos o tempo todo influenciados pelas expectativas e pelas reações que os demais atores têm sobre nós. A partir do momento em que todos os atores sociais nos reconhecem como tal, (como o “furacão” da sala, por exemplo) nós acabamos cedendo a essa nomenclatura e acabamos por reproduzir essas tais ações que definem tal classificação.

Desta forma, quando as professoras da creche definem um menino negro como “furacãozinho”, acabam, nesse momento,

conformando as crianças a se portarem dessa maneira. Além disso, as outras crianças da creche acabam por reconhecer o seu colega como um “furacãozinho”. Assim, poderíamos dizer que todos os atores sociais da respectiva creche (ou quase todos) acabam olhando com outros olhos o tal menino “furacão” e com isso acabam fazendo com que o menino se auto identifique como tal e passe a assumir esse papel social.

Para as teorias psicológicas, o indivíduo não será reconhecido de uma maneira se ele não se reconhecer como tal antes disso. O que estamos dizendo aqui é que os atores sociais em sua volta fazem-no aceitar-se como tal, fazem com que o indivíduo se porte e aceite que ele é o menino “furacãozinho” da sala, e que será sempre assim, para o resto da vida, simplesmente por ser negro. O ponto crucial nesta análise é a formação do indivíduo de acordo com o que os demais atores sociais em sua volta fazem-no acreditar que ele é, e que consecutivamente, fazem com que o próprio indivíduo se considere como tal e aceite essa nomenclatura e definição.

De fato, não negamos que os atores sociais têm uma força de coesão forte para determinar o círculo social em que vivem, porém os demais atores também possuem essa força, e que, nesse sentido, torna-se uma guerra de um ator contra 20 outros atores, e que esses atores ainda estão sendo sustentados pelas formas de pensamento edênico e satânico presentes em nossa sociedade euro-ocidental brasileira. Não afirmamos que as professoras das creches sejam más, nem que elas façam isso propositalmente, pois esses preconceitos estão muitas vezes tão enraizados em nossa estrutura de personalidade que nem nos damos conta de que estamos agindo de uma forma em que estejamos contribuindo para a discriminação social e, além de tudo, estamos, com esses atos, contribuindo com a baixa autoestima dos alunos negros, que, muitas vezes, acabam por desistirem dos estudos por não serem valorizados ou sempre serem vistos como os “meninos maus” ou as “meninas feias”.

Joana Célia Passos (2012, p. 104) ressalta que, segundo dados do IBGE/PNAD de 2009, “[...] 56% das crianças negras são pobres, contrastando com, 32% de crianças brancas que se encontram nas mesmas condições; das 530 mil crianças fora da escola; 330 mil são negras”. Esse tópico é levantado justamente para mostrar que existe, sim, uma desvalorização e não incentivo dos profissionais perante as crianças e alunos negros, e, para complementar esse argumento, citamos mais um trecho de Passos (2012), a qual indica que Munanga reafirma essa posição quando analisa o preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do alunado negro, concluindo que:

Apesar da generalidade da exclusão de todos os alunos pobres, independente de sexo, cor, religião, idade, etc., os resultados de todas as pesquisas sérias realizadas no país mostram que, mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas dos sistemas da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva o pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra, isto é, os alunos negros e mestiços. O que logicamente leva a crer que a pobreza e a classe social não constituem as únicas explicações do insucesso escolar do aluno negro e a buscar outras fontes de explicação. (MUNANGA 2000, p. 235-236, *apud* PASSOS 2012, p. 105)

Portanto, por meio de todas essas discussões baseadas em Goffman (1983) sobre a formação dos atores sociais, e a maneira como os demais atores tratam e reconhecem os atores de cor negra, podemos ver notoriamente que tal fato repercute não só em uma construção negativa ilusória sobre o caráter das crianças e dos alunos negros, mas também ocasiona uma construção de tais estigmas negativos. Ou seja, a forma como os atores enxergam determinados indivíduos faz com que eles se tornem daquela maneira como os demais atores o estão enxergando. Além disso, como ressalta Passos (2012), tal visão negativa e estereotipada dos

atores sociais sobre os indivíduos negros acaba gerando um desincentivo escolar que é notoriamente comprovado por fracasso, repetência, abandono e evasão escolar do aluno de ascendência negra.

Situação semelhante, não envolvendo somente aspectos raciais, pode ser observada no filme *Os Escritores da Liberdade*. O filme conta a história de uma professora que começa a dar aula em uma escola norte-americana e, sendo ela uma iniciante na escola, fica responsável pela classe dos alunos com alto índice de reprovação e com problemas sérios de comportamento, sendo quase todos filhos de imigrantes e pertencentes a diferentes grupos sociais organizados em guetos rivais.

A professora se depara com uma dificuldade inicial para fazer com que os alunos se interessassem pelos estudos, pois, desde sempre, foram chamados e até mesmo se reconheciam como “burros”, não inteligentes, acreditando que o aspecto da inteligência fosse algo da natureza da pessoa, e não de uma construção social e educacional. Com muita dedicação, a professora começa a fazer com que os alunos se interessassem pelas aulas. Subitamente os alunos começam a ir bem na escola e a abandonar as suas gangues às quais eles eram tão fiéis. É interessante notar que os alunos não eram “burros”, somente estavam desinteressados, e não desinteressados por preguiça, mas porque os professores nunca os incentivaram em sala de aula. Um detalhe importante é que todos os alunos eram de classes desfavorecidas, ou eram negros, mexicanos ou asiáticos. Todos sofriam preconceitos sociais, todos eram colocados à margem social, e nenhum deles fora incentivado a estudar. Sempre, de acordo com suas histórias, foram desmotivados em todas as áreas da vida, menos em suas gangues, pois lá, todos os jovens atores sociais sofriam as mesmas ou pelo menos semelhantes formas de discriminação pelos demais atores que constituíam as classes favorecidas. E, portanto, havia uma identificação muito grande entre os adolescentes dentro desse círculo social que constituíam as suas respectivas gangues.

Considerações finais

A diferença de tratamento dado pelas professoras das creches (citada no artigo utilizado como contexto em nossas reflexões) repercute diretamente no comportamento e relações sociais das crianças, tendo como ponto notório e fundamental a questão do incentivo que é dado ao indivíduo.

Acreditamos que há necessidade de que os professores e as professoras tenham clareza a respeito das consequências das relações que estabelecem socialmente, as quais fazem parte do processo educativo em contextos coletivos de educação. Talvez seja necessária uma maior valorização de questões humanitárias e sociais no currículo tanto da formação inicial bem como na educação básica, e que possibilitasse reflexões que permitisse aos atores atentarem para seus atos. Para essa utopia, serve a indicação de Foucault da ética do *cuidado de si* como prática de liberdade, ou seja, uma atitude de estranhamento permanente de si mesmo, das verdades autoevidentes, das amarras do poder, numa perspectiva ética em que o conceito de *cuidado de si* se torna “uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2004a, p. 11). Como pessoas e como profissionais, o *cuidado de si* é um trabalho de questionamento frequente sobre nossas funções, emoções e ações nas relações sociais e, além disso, como incentivo à abertura de caminhos de encontro dos outros consigo mesmos.

Para finalizar, arriscamos indicar que o *cuidado de si* de Foucault (2004a; 2004b) expressa uma possibilidade para a não alienação do indivíduo, onde ele e a sociedade ao seu redor se tornariam mais conscientes e coerentes em seus atos e modos de processar o pensamento, o que contribuiria enormemente contra a propagação do racismo e das demais discriminações sociais.

Referências

- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193-199.
- CARVALHO, José Murilo de. Motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, nº 38, out. 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade (1984) In: FOUCAULT Michel. **Ditos e Escritos**, v. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004b. p. 265-287.
- GALLO, Sílvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 177-190.
- GAUDIO, Eduarda Souza. **Relações sociais na educação infantil**: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. 2013, 242f. Dissertação Mestrado. PPGE/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- HORKHEIMER, Marx. Materialismo e Moral. (1933). In: HORKHEIMER, Marx. **Teoria crítica**: uma documentação. Tradução Hilde Cohn. (Coleção Estudos no. 77). São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 59-88.
- OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**. 2010, v. 26, n.2, p. 209-226.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na educação infantil. In: VAZ, Alexandre Fernandes; MOMM, Caroline Machado. **Educação Infantil e Sociedade**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia. 2012. p. 103-120.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**: aspectos do ritual Ndembu. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005/1967.

Enviado em: 30/07/2014. Aprovado em: 10/11/2014

